

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 19/2022, em que é recorrente **Valter Alves Furtado** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 70/2023

(Autos de Recurso de Amparo 19/2022, Valter Alves Furtado v. STJ, Não Conhecimento de Pedido de Aclaração do Acórdão n.º 19/2023 por Colocação Intempestiva)

I. Relatório

1. O Senhor Valter Alves Furtado, depois de, no dia 2 de março de 2023, pelas 16:47, ter sido notificado do *Acórdão n.º 19/2023, de 1 de março, Inadmissão por ausência de invocação pelo ofendido logo que dela [tenha] tido conhecimento*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 32, 29 de março de 2023, pp. 831-835, no dia seguinte às 21h:17, por via eletrónica, deu entrada a requerimento de aclaração de decisão junto à Secretaria, fazendo-o acompanhar da seguinte narrativa:

1.1. Depois de demonstrar o seu inconformismo quanto à decisão do Tribunal Constitucional que não admitiu pedido de amparo por si protocolado, recorrendo a alguma jurisprudência desta Corte, coloca um conjunto de questões ao Tribunal que, como diz, quer ver aclaradas.

1.1.1. Questões essas não tão fáceis de se perceber porque o reclamante recupera argumentos já expostos no recurso de amparo e acrescenta que seria compreensível que só se pusesse a questão no recurso de amparo, promove uma determinada interpretação da expressão “logo que”, nomeadamente por não existir na Lei do Amparo prazo de reação, recupera acórdãos do próprio TC e desenvolve considerações sobre o papel do Ministério Público e suscita um conjunto de questões que arrola a esse respeito;

1.1.2. E finaliza, pedindo que, nesses termos, seja aclarado o acórdão do TC.

2. A peça foi distribuída no dia 6 de março deste ano ao JCR.

2.1. Este, depois de analisar a questão, a 17 de março marcou conferência para se apreciar o pedido.

2.2. Marcada para o dia 21 de março, nessa data realizou-se, tendo o tribunal adotado a decisão acompanhada da fundamentação que se articula em seguida.

II. Fundamentação

1. Não é novidade que a Corte Constitucional admite a existência de incidentes pós decisórios das suas decisões quando estão em causa interesses subjetivos. Entretanto, existem condições que se devem verificar para que o pedido possa ser conhecido, e que serão afloradas adiante.

2. Posto isto, impõe-se verificar se o requerimento é admissível e se os pedidos de aclaração podem ser conhecidos.

2.1. Os critérios para a admissibilidade de incidentes pós-decisórios, em especial os que se reportam ao instituto da aclaração das decisões judiciais, têm sido cada vez mais densificados pela Corte Constitucional. Assim, tem estabelecido balizas específicas – decorrentes da natureza especial do processo constitucional e da suscetibilidade de se fazer um uso abusivo dessa espécie de reação processual – que devem ser respeitados sob pena de indeferimento liminar ou de não conhecimento dos pedidos.

A principal decisão que conheceu desse tipo de incidente em sede de um recurso constitucional foi o *Acórdão nº 9/2018, de 3 de maio, INPS v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, de 6 de junho, pp. 856-869, o qual, apreciando um pedido de fiscalização concreta da constitucionalidade, reconheceu a possibilidade de suscitação de incidentes de aclaração de decisões do próprio Tribunal

Constitucional, mas condicionou a sua admissibilidade, além da exigência de preenchimento dos pressupostos gerais de competência, legitimidade e tempestividade, à identificação, pelo Requerente, de trecho do aresto que padeceria de vício de obscuridade ou ambiguidade. Abrindo ainda a faculdade de o Tribunal Constitucional rejeitar liminarmente todo e qualquer pedido de esclarecimento que seja manifestamente procrastinatório, seja desprovido de qualquer base ou fundamento ou que diga respeito a passagens irrelevantes do texto do acórdão que não tenham impacto sobre a decisão. Mais tarde, estendeu-se esse mesmo entendimento a pedidos de esclarecimento formulados no âmbito de recursos de amparo no *Acórdão 5/2019, de 7 de fevereiro, Ike Hills v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, de 13 de março de 2019, pp. 493-499.

A necessidade imperiosa de se identificar o trecho de um acórdão tem, de resto, sido jurisprudência firme desta Corte em qualquer tipo de processo em que se aplicam as mesmas normas do Código de Processo Civil por remissão, conforme interpretação ajustada à natureza especial do processo constitucional, nomeadamente exposta no *Acórdão 02/2017, de 15 de fevereiro*, Rel: JC Aristides R. Lima, *PSD v. CNE*, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 10, de 27 de fevereiro de 2019, pp. 265-266, 13, um processo eleitoral, exigindo-se a indicação da obscuridade ou da ambiguidade; no *Acórdão 5/2019, de 7 de fevereiro, Ike Hills v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, 3.2.3, proferido em autos de recurso de amparo, impondo a identificação do trecho alegadamente portador de vícios, e no *Acórdão 47/2020, de 29 de outubro, Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 3, de 12 de janeiro de 2021, pp. 88-90, 3, também decorrente de um recurso de amparo, em que o Tribunal explicitou de forma clara essa exigência comum. Como se veio a considerar depois, “[a] indicação do trecho ao qual se imputa o vício de ambiguidade ou de obscuridade é decisiva até para se evitar que requerentes que pedem esclarecimento apresentem considerações genéricas e indeterminadas a respeito do acórdão atribuindo ao Tribunal posições e fundamentos que resultam de meras percepções ou pretensões e sem que tenham qualquer correspondência textual com o teor da decisão” (*Acórdão 42/2021, de 20 de setembro, Alex Saab v. STJ, referente a pedido de esclarecimento do Acórdão 39/2021*, Red. JC Pina Delgado; JC Aristides R. Lima e JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 15 de outubro, pp. 2590-2593, 2).

Quanto a decisões de admissibilidade de recurso de amparo fê-lo nos seguintes arestos: *Acórdão n.º 10/2019, de 14 de fevereiro, João Baptista Delgado v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 493-499; *Acórdão n.º 47/2020, 29 de outubro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 3, 12 de janeiro de 2021, pp. 88-90; *Acórdão n.º 4/2022, de 10 de fevereiro, Adair Batalha v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, 22 de fevereiro de 2022, pp. 345-346.

2.2. No caso concreto, sem a necessidade de se promover grandes dissertações, pode-se dar por estabelecido que a presença dos pressupostos gerais de competência e de legitimidade.

2.3. Já o mesmo não é tão líquido quanto à tempestividade,

2.3.1. Porquanto, estando o prazo que impede o trânsito em julgado de uma decisão negativa de admissibilidade de amparo estabelecido pela Lei do Amparo e do *Habeas Data* no artigo 16, parágrafo terceiro, em 24 horas, é dentro deste intervalo de tempo que se tem de atuar para se obstar à cristalização da decisão;

2.3.2. O artigo 233, parágrafo sexto, do Código de Processo Civil dispõe claramente que “a notificação por transmissão eletrónica presume-se efetuada na data de sua expedição”. Tendo o recorrente sido notificado do aresto objeto do pedido de esclarecimento no dia 2 de março às 16:47, qualquer incidente pós-decisório que pretendesse suscitar teria de ser protocolado até às 16:47 do dia 3 de março. Tendo a peça dado entrada neste último dia, mas só às 21:17, quase cinco horas depois, é evidente que ultrapassou em larga medida o prazo previsto, como, de resto, o Tribunal Constitucional tem entendido em sucessivos arestos (*Acórdão 11/2019, de 28 de fevereiro, E.B. Whanon Ferreira v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 29, de 14 de março de 2019, pp. 521-524; *Acórdão 5/2023, de 18 de janeiro, Pedro Rogério Delgado v. TRS*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, de 13 de março de 2023, pp. 689-690; *Acórdão 6/2023, de 18 de janeiro, Pedro Rogério Delgado v. TRS*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim*

Oficial, I Série, N. 25, de 13 de março de 2023, pp. 690-691; *Acórdão 7/2023*, de 18 de janeiro, *António José Pires Ferreira v. TRB*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, de 13 de março de 2023, pp. 691-693).

2.3.3. É verdade que o recorrente parece tentar justificar o atraso pelo facto de os seus mandatários estarem em audiência de julgamento de arguido preso que teria ocorrido desde a manhã de 2 de março até às 17:30 do mesmo dia, apresentando ata de julgamento que atestaria tal facto. Por conseguinte, diz que eles só teriam tomado conhecimento da notificação desse aresto no dia seguinte, intuindo-se dessa argumentação quererem criar um quadro de justo impedimento.

2.3.4. Porém, dificilmente o contexto descrito justifica a entrada fora do prazo da peça. Primeiro, porque o que a ata atesta é que a mesma foi lida, revista e retificada por todos e encerrada às 16:20, nada se certificando sobre os acertos que teriam perdurado até por volta das 17:30; segundo, ainda que assim fosse, a notificação foi feita para dois correios eletrónicos, um deles do escritório, o que significa que poderia ter sido acedido por outras pessoas com responsabilidade no mesmo, a qual competiria alertar o mandatário de que deu entrada; terceiro, quem requer notificação por via eletrónica e sabe que tem um prazo curto de reação em relação a certas decisões tomadas em processos que pela sua natureza são céleres e que a forma escolhida para a efetivar determina a contagem do prazo desde o momento em que se expede a comunicação eletrónica deverá consultar com a frequência devida os mesmos – nomeadamente através de meios portáteis como telemóveis, computadores portáteis, etc., que pode transportar para qualquer ato ou circunstância; quarto, nada impedia que enquanto aguardavam a feitura da ata, sobretudo por estarem três advogados envolvidos, ou mesmo antes ou durante o seu almoço vespertino, que o mandatário do reclamante consultasse o seu correio eletrónico profissional; não sendo muito normal que não o tenha feito, se assim procedeu, com o devido respeito, não tomou os devidos cuidados. Razão pela qual a situação na qual se colocou somente seria imputável ao seu mandatário.

2.3.5. Assim, o pedido de aclaração não preenche o pressuposto da tempestividade, pelo que deve ser rejeitado liminarmente.

III. Decisão

Pelas razões expostas, os Juízes do Tribunal Constitucional não conhecem o incidente de esclarecimento do Acórdão nº 19/2023, de 1 de março, por intempestividade da sua suscitação.

Registe, notifique e publique.

Praia, 05 de maio de 2023

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 05 de maio de 2023.

O Secretário,

João Borges